

Estados já temem aumento da pobreza

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

O apoio firme do presidente José Sarney à estratégia dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, para o ajuste das finanças públicas em 1989, foi assimilado por todo o Ministério e recebeu a aprovação dos governadores. Os ministros mais atingidos sabem que não terão grande margem de negociação junto a Mailson e Abreu e as chances de mudar os números ficarão restritas ao entendimento direto com o presidente Sarney e, depois, ao trabalho de bastidores no Congresso Nacional.

Na tramitação da proposta orçamentária, a grande polêmica envolverá a decisão do Governo Federal de cortar programas sociais, enquanto mantém o pagamento integral dos pesados encargos da dívida pública interna e externa. Os Estados mais pobres aproveitarão para expor a tese de que n-ao podem assumir os novos encargos anunciados por Sarney e que a aprovação do Orçamento proposto pelo executivo somente ampliarão os desníveis de renda no País.

Após a reunião de todos os secretários estaduais de Fazenda com Mailson, na última sexta-feira, no âmbito da reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária, alguns dos participantes reclamaram da idéia colocada pelo próprio presidente Sarney e disseminada pela imprensa de que os Estados nadarão em dinheiro, a partir do próximo ano.

Um dos secretários observou que a Constituinte aprovou aumento de 50 por cento das transferências da Receita Tributária da União para Estados e municípios pelo reconhecimento de que o nível vigente é muito baixo e condenou a impressão transmitida pelo Governo Federal de que a entrada de recursos novos nos cofres estaduais cres-

cerá na mesma proporção.

TRIBUTOS

169
A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo, prevê que, em 1989, a Reforma Tributária propiciará aumento de 14,3 por cento na receita disponível dos Estados, para atingir 16,3 por cento em 1993. Portanto, n-ao são apenas os Estados que causarão perdas de receita à União, estimadas em 17,6 por cento para o próximo ano até chegar a 22 por cento, nos anos seguintes. Pior ainda é que a taxa de crescimento da receita dos Estados ricos será maior que a dos Estados pobres.

Os secretários nordestinos alegam que o mercado da Região de 40 milhões de consumidores compra quase todos os produtos industrializados do Sul do País e acaba por provocar brutal transferência de renda, através do recolhimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM) aos cofres dos Estados de origem. A constituinte não só manteve essa injustiça, afirmam os secretários da Fazenda do Nordeste, como ampliaram a discriminação aos Estados mais pobres ao, por exemplo, aprovar a isenção do ICM à energia elétrica e petróleo e seus derivados nas vendas a outros estados.

Esses Estados mais pobres terão, no próximo ano, crescimento de receita em torno de 10 ou 12 por cento, insuficiente para suportar o ônus de todos os serviços públicos que a União quer repassar, como habitação, saneamento básico, saúde, educação básica, transporte urbano e outros programas sociais. A maioria desses estados tem mais de 75 por cento da receita comprometida com a folha dos servidores e pagam elevados encargos financeiros por conta de dívidas também excessivas. Com a ausência de obras e serviços financiados pela União, o efeito imediato será a queda do atendimento à população.

Por isso, os Estados acompanham os cortes nos orçamentos dos ministérios que mais aplicam em programas estaduais, como ministérios do Interior, Habitação, Transportes, Saúde e Educação, além de cobrar uma rápida definição das novas responsabilidades dos governadores. Em cascata, os Estados também precisarão cortar as aplicações de recursos nos municípios que, por sua vez, enfrentam maiores dificuldades financeiras ainda e terão aumento bem menor de suas cotas do fundo de participac-ao dos impostos federais — passará de 17 para 22,5 por cento nos próximos cinco anos.

ELEIÇÕES

As vésperas das eleições municipais, os governadores têm motivos de sobra para temer o anúncio de cortes das transferências de recursos dos Estados para os Municípios, justamente quando mais precisam investir para ajudar os seus candidatos e viabilizar os próprios futuros políticos.

Em razão dos efeitos geradores, a feição que os ministros da Fazenda e do Planejamento estão dando ao orçamento da União do próximo ano pode até prevalecer no âmbito do executivo, após o firme discurso de Sarney, na última quinta-feira. Mas os parlamentares, até sob o lobby dos governadores e mesmo de ministros que precisam de verbas para manter seus espaços políticos, cobrarão de Mailson e Abreu a redução dos gastos da União com a dívida interna e externa para que os cortes de programas sociais sejam atenuados.

Os Estados já começaram a sentir os reflexos da nova postura do Governo Federal. Os bancos estão mais duros na rolagem da dívida estadual, a partir do entendimento de que os governadores dar-ao preferência, no caso de dificuldades de caixa, ao atendimento às reivindicações populares do que aos compromissos financeiros.